



**PREVI - 90 ANOS
TRABALHANDO
PELO FUTURO**

NOVENTA ANOS DE PREVIDÊNCIA NO BRASIL

O pequeno número de pioneiros que, em 16 de abril de 1904, constituíram a Caixa Montepio dos Funcionários do Banco do Brasil (assim mesmo, com "z") não poderiam imaginar os rumos que sua iniciativa haveria de tomar.

O objetivo dos fundadores era apenas assegurar a seus dependentes uma sobrevivência digna, pois ainda não havia, no Brasil de então, nenhum tipo de assistência previdenciária.

E eles conseguiram.

Mas o empreendimento, hoje conhecido como Caixa de Previdência dos Funcionários do Brasil - PREVI, acabou superando a meta inicial. Possui agora quase 150 mil filiados, mantendo cerca de nove mil pensões e mais de 30 mil complementações de aposentadoria.

Além disso, a PREVI concede financiamentos para aquisição de casa própria e, só no período de 1990/94, abriu carta de crédito a favor de mais de 50 mil associados. Em busca de condições mais vantajosas para seus filiados, a Caixa de Previdência participa também como incorporadora de empreendimentos imobiliários residenciais. Nos últimos três anos, colocou à disposição dos associados mais de 1.500 unidades de moradia em diversas cidades brasileiras.

E não se pode deixar de mencionar seus planos de pecúlio, mais vantajosos que os similares oferecidos no mercado.

A PREVI começou a funcionar nos moldes atuais em 15 de abril de 1967, quando assumiu a característica de entidade fechada de previdência privada, a mesma adotada em países desenvolvidos.

No momento - graças à política de investir em atividades produtivas os recursos que arrecada - a PREVI tem participação acionária em mais de noventa empresas nacionais. Ou seja, seus destinos estão intrinsecamente ligados aos da economia do País.

Mas, apesar dos progressos e de administrarem um volume de recursos que chega a US\$ 35 bilhões (comprometidos com pagamentos futuros de igual monta), as instituições fechadas de previdência privada ainda não atingiram no Brasil as proporções alcançadas em outros países. Nos Estados Unidos, por exemplo, abrigam a grande maioria da população economicamente ativa. Por aqui, não mais que 3% dos trabalhadores são filiados a fundos de pensão. Isto basta para serem apontados como "marajás", por parte da imprensa, em campanha orquestrada por grupos que, sob o pretexto oferecido pelo programa de privatização, pretendem se apropriar do patrimônio dos fundos.

Realmente, o acesso a uma aposentadoria digna é privilégio de poucos no País. Mas a fome se mata alimentando o faminto - e não fazendo todo mundo passar fome. Da mesma forma, o sistema fechado de previdência privada pode e deve ser estendido a todos os trabalhadores brasileiros - e não desmantelado porque (ainda) atende a poucos.

No entanto, embora disponham de um moderno sistema de previdência, muitos dos participantes de fundos de pensão não demonstram interesse pelos destinos da instituição à qual se associaram. Há uma crença generalizada de que os benefícios adquiridos são intocáveis. Ilusão semelhante tiveram milhões de trabalhadores que

contribuíram para a previdência oficial na esperança de uma aposentadoria tranquila e viram seus recursos serem desviados para outros setores, sem que disso obtivessem nenhum benefício.

Como única poupança do trabalhador ainda não inviabilizada, restam os fundos de pensão. E estes enfrentam ataques de diversas procedências. Tanto dos grupos que os querem controlar quanto do próprio Governo, com déficits de caixa que precisa cobrir a qualquer custo.

Recentemente, nova determinação do Conselho Monetário Nacional, formalizada pela Resolução 2.038 do Banco Central, colocou em risco a viabilidade dos fundos de pensão. Matéria publicada no Boletim PREVI nº 14 focalizou o assunto de forma ampla.

A polêmica não terminou, mas já há entendimentos promissores com as autoridades governamentais. A Caixa de Previdência acredita na solução negociada, desde que não acarrete prejuízos aos associados. Mas, desta vez, apenas o esforço da direção da PREVI pode não ser suficiente. Para que não se perca o patrimônio construído com o trabalho de sucessivas gerações ao longo de noventa anos, é imprescindível que a geração atual se una e se mobilize em defesa de sua Caixa de Previdência.

Pode ser que, tal como os pioneiros de 1904, ainda não tenhamos condições de avaliar o resultado de nossas ações num futuro distante. A curto prazo, no entanto, uma coisa é certa: sem a união e a mobilização de todos - agora - acabaremos todos nas filas do INSS.

**O SISTEMA
FECHADO DE
PREVIDÊNCIA
PRIVADA PODE E
DEVE SER
ESTENDIDO A
TODOS OS
TRABALHADORES.**

O FATO E SUA VERSÃO

Reproduzimos, a seguir, o artigo do presidente da PREVI - publicado na edição de 01.03.94 do jornal Folha de São Paulo - que visa a responder a críticas dirigidas por parte da imprensa não só contra a Caixa de Previdência, como também contra todos os fundos de pensão.

Repetir uma mentira até que se torne verdade é uma prática que tem se intensificado no Brasil. As versões, cada vez mais, vão ocupando o espaço que deveria ser dos fatos, como, aliás, já prognosticava o mineiro Gustavo Capanema em uma de suas mais célebres piadas - "o que vale é a versão, não o fato"- que acabou entrando para o nosso anedotário como sendo de autoria do também mineiro José Maria Alkmin.

Mas vamos ao fato. No Brasil, assim como nos principais países capitalistas do mundo, os fundos de pensão desempenham um papel de extrema importância social: ao mesmo tempo que garantem aposentarias dignas para os trabalhadores, investem os recursos poupados por seus participantes em atividades produtivas, geradoras de empregos e impostos. No entanto, o que tem prevalecido nos meios de comunicação é a versão que os apresenta como mais uma mordomia concedida aos funcionários das empresas estatais.

E essa versão parece estar se cristalizando. Nem mesmo quando usamos o que ocorre nos Estados Unidos - país mais desenvolvido do mundo, onde os fundos têm um patrimônio que representa 50% do PIB - como exemplo da importância que os fundos podem vir a ter para o desenvolvimento de um país, as críticas arrefecem. O fato de os trabalhadores norte-americanos, através de seus fundos, deterem expressivas participações acionárias em algumas das maiores empresas daquele país parece nada significar para aqueles que, aqui no Brasil, identificam os fundos como sendo fruto do corporativismo estatal.

Não adianta demonstrar que as entidades fechadas de previdência privada surgiram em nosso País há quase um século - a PREVI está completando 90 anos - para desempenhar um papel que deveria ser do Estado. Parece também ser perda de tempo mostrar que os fundos de pensão são hoje a única poupança do trabalhador ainda não inviabilizada, ao contrário do que ocorreu com o FGTS, o PIS/Pasep e também com o BNH.

Talvez seja inútil lembrar que a previdência oficial - em crise quase que permanente - não consegue cumprir seus objetivos, como comprova a situação do INSS e as grandes e insuperáveis dificuldades que atingem todos os seus segurados. Como também não vale mais a pena recordar o lamentável fracasso que representou a experiência da previdência privada aberta entre nós.

Não adianta falar em nada disso porque há uma campanha orquestrada contra os fundos de pensão; campanha que chegou até os veículos de comunicação, muitos deles esquecidos do preceito básico da imprensa de "ouvir o outro lado". O importante é apresentar os fundos como usurpadores do dinheiro público. E mais: dizer ao desprotegido segurado do INSS que os fundos existem apenas para garantir gordas aposentadorias e pensões para pequenos grupos de privilegiados funcionários das estatais.

Ninguém se preocupa em mostrar que receber aposentadorias e pensões dignas não é um favor ou um privilégio; é um direito que deveria ser de todo trabalhador brasileiro. Ninguém se preocupa em mostrar, por exemplo, que os fundos de pensão - que garantem a complementação de aposentadorias de dois milhões de trabalhadores - não são uma exclusividade do pessoal das estatais e que hoje há no Brasil mais fundos mantidos por empresas privadas, inclusive multinacionais, do que pelas estatais. E que algumas dessas empresas privadas patrocinam integralmente esses planos.

Ninguém se preocupa em dizer que a poupança do trabalhador gerida pelos fundos é hoje a alavanca do desenvolvimento nacional, por representar o investimento não especulativo. Capital nacional investido a longo prazo dentro do país, gerando novos empregos, mais progresso e impostos para o Governo.

Mas a verdade é que nada acontece de graça. Os que querem tirar vantagens de um possível aqodamento do programa de privatização, encontram nas denúncias de falsas mordomias do funcionalismo das estatais um ótimo pretexto. E até os que caíram no conto dos falsos marajás na campanha eleitoral passada, acabam acreditando na existência de pretensos privilégios.

Esse, no entanto, não é o objetivo primordial da campanha. O que se procura é encontrar meios de se apropriar dos US\$ 30 bilhões que os trabalhadores possuem. Uma poupança expressiva - mas totalmente comprometida com pagamento de benefícios atuais e futuros - que aguça o apetite dos que jogam com a fraca memória do povo, que talvez já tenha esquecido as negociatas e escândalos dos antigos planos de previdência privada aberta.

Por tudo isso, como de hábito, optou-se pelo mais fácil. Em vez de se aprimorar o sistema fechado de previdência privada, em vez de se coibir exageros - se é que eles existem - e corrigir defeitos, o que se quer é simplesmente destruí-lo. Em vez de se tentar levar todos os trabalhadores brasileiros não plenamente atendidos pela previdência social para o sistema fechado de previdência privada, tornando cada um deles associado de um fundo de pensão, procura-se destruir o sistema como um todo. É mais uma manobra para que só alguns poucos lucrem. Isto é, só lucram os de sempre: os mesmos que não querem enxergar que os fundos são uma solução para o País, e não mais um problema.

JOSÉ VALDIR RIBEIRO DOS REIS

BOLETIM PREVI

Editado pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil.

Pesquisa, redação e projeto gráfico:

GABIN

Rua Buenos Aires, 56
CEP 20070-020

Rio de Janeiro RJ
Telefone: 296-4477

Tiragem: 159 mil exemplares

Distribuição gratuita a todos os associados da ativa e aposentados

FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO

Alguns mutuários da Carim costumam, por vezes, questionar o modelo de financiamento imobiliário adotado pela Caixa de Previdência. Há até quem proponha a criação de novos parâmetros para o reajuste das prestações mensais. Os argumentos utilizados, no entanto, são inconsistentes e denotam certa confusão, talvez fruto das constantes modificações efetuadas na política salarial.

Na edição especial de Maio/93 e em matéria divulgada no número 12, o Boletim PREVI analisou em pormenor a situação dos financiamentos concedidos a partir de 1989 - e respectivas prestações - ante a evolução salarial dos funcionários do Banco do Brasil. Agora, tudo indica que novos esclarecimentos se fazem necessários.

A atividade-fim da Caixa de Previdência é garantir a seus associados e respectivos dependentes os benefícios de implementação de aposentadoria e pensões. Em consequência, os recursos canalizados para os financiamentos imobiliários (e para os empréstimos simples) constituem formas alternativas de aplicação. Isto é, além de possibilitar aos associados a aquisição de casa própria, precisam assegurar uma taxa de retorno equivalente ao mínimo atuarial, hoje de 6% ao ano acima da inflação.

Nos casos de financiamentos imobiliários anteriores a 1989, há que se consi-

derar a conjuntura econômica totalmente diversa da que vigora hoje. Naquela época, o Banco do Brasil podia praticar, através da PREVI, uma política de recursos humanos que privilegiava a questão habitacional - e que não exercia impacto na rentabilidade da Caixa de Previdência. A inflação ainda não havia atingido os níveis atuais e os salários eram reajustados uma vez por ano. Em decorrência, os contratos previam, igualmente, reajustes anuais das prestações, muito embora os respectivos saldos devedores fossem corrigidos mensalmente, para o caso de liquidação antecipada. Ainda restam hoje quase onze mil financiamentos remanescentes daquele período, cujas regras contratuais, sob o aspecto legal, não podem ser alteradas unilateralmente pela Caixa de Previdência.

Com relação aos financiamentos concedidos a partir de 1989, estudos efetuados conjuntamente por técnicos da PREVI e do Banco do Brasil, em julho/93, demonstraram que o nível de comprometimento da renda dos mutuários com as prestações mensais tem declinado de forma sensível ao longo do tempo. Os estudos também evidenciaram que os parâmetros ora adotados atendem tanto aos interesses da Caixa de Previdência quanto aos dos associados. Pela parte da PREVI, garantem o retorno do capital aplicado. Pela do associado, proporcionam condições bem mais vantajosas para aquisição da casa própria. Nas demais instituições financeiras, inclusive aquelas

integrantes do Sistema Financeiro de Habitação, a prestação inicial, por exemplo, chega a ser 50% superior à praticada pela PREVI.

Além disso, as prestações da Carim são corrigidas com base na variação do VP do associado, com o que se presume perfeita sintonia com o orçamento familiar. A Caixa de Previdência, por sua vez, exerce permanente monitoração do modelo de financiamento, com vistas a evitar a ocorrência de distorções ditadas por mudanças na política salarial. Esse acompanhamento permitiu que, em determinadas épocas, as prestações fossem ajustadas em percentuais inferiores aos de variação dos VPs. Isso se verificou, por exemplo, em janeiro/92, março/92 e maio/93.

Para exemplificar, tome-se o caso de um associado pertencente ao Nível E-8 da carreira administrativa do Banco do Brasil (VP 034), comissionado Supervisor, com 17 anuênios - aqui focalizado em função de ter o mesmo iniciado, recentemente, um movimento de contestação às normas em vigor para os financiamentos concedidos a partir de 1989. Ao assinar a escritura, em 30.04.92, o associado admitiu, por vontade própria, comprometer 30,14% de sua renda bruta, ou 47,98% de seu VP + AN, com a prestação da Carim. Em janeiro/94, a prestação paga correspondeu a apenas 14,30% da renda bruta, ou 23,60% do VP+AN. Tais reduções têm

sido constatadas sistematicamente em todos os casos submetidos a exame.

Os financiamentos da Carim são concedidos com base na Tabela Price. Nesta modalidade, uma parte de cada prestação é destinada à amortização do capital emprestado - pouco representativa no início do mútuo; com o passar do tempo, no entanto, vai crescendo e chega a quase 100% no final. A outra parte da prestação se refere aos juros. Estes, ao contrário do capital, são mais expressivos nas primeiras prestações. Isto explica o crescimento do saldo devedor do financiamento, que corresponde ao valor contratado de início, acrescido dos juros capitalizados (tudo corrigido monetariamente no primeiro dia de cada mês), menos as amortizações mensais já efetuadas.

Os esclarecimentos acima devem ser suficientes para refutar todas as dúvidas suscitadas a respeito do plano de financiamento imobiliário da PREVI. Mas cabe ainda um apelo aos mutuários da Carim: evitem embarcar em ações impulsivas, baseadas em argumentos inconsistentes. Já bastam os ataques que a PREVI vem sofrendo por parte da grande imprensa. A hora é de cerrarmos fileiras em torno de nossa Caixa de Previdência, na defesa do patrimônio que construímos ao longo de noventa anos - e não de reforçar as colunas dos aventureiros que dele querem lançar mão.

VISITA À FOLHA DE SÃO PAULO

O presidente da PREVI, José Valdir Ribeiro dos Reis, e os diretores deliberativos Francisco Parra e Humberto Eudes estiveram reunidos no último dia 02 de março com os Srs. Otávio Frias e Marcelo Beraba, respectivamente diretor e secretário de redação do jornal Folha de São Paulo. O encontro aconteceu na sede daquele jornal.

Com a visita, a Caixa de Previdência iniciou nova etapa de uma estratégia que visa a amenizar os ataques contra ela desfechados por parte da grande imprensa. A etapa anterior foi dedicada a contatos com autoridades governamentais.

A falta de informação correta sobre a história e o papel desempenhado pelos fundos de pensão é identificada pela PREVI como uma das principais causas dos preconceitos existentes em relação a essas instituições. Para suprir essa lacuna, estão programados outros encontros com jornalistas de todo o País - em que serão prestados os esclarecimentos que se fizerem necessários a respeito das atividades da Caixa e de seu relacionamento com a patrocinadora.

NOVA SEDE

A mudança da PREVI para sua nova sede está programada para o próximo dia 21.04. O novo edifício fica na Praia do Flamengo nº 78, no Rio de Janeiro. Confirmando-se a data prevista para a transferência, o atendimento ao público passará a ser realizado, a partir de 25.04, já na Praia do Flamengo. Os associados devem ficar atentos à divulgação dos novos telefones, que ocorrerá tão logo sejam instalados.

A mudança para a nova sede ensejou a modernização do sistema de informática utilizado pela PREVI, o que tornará mais rápido e seguro o atendimento aos associados. Além de instalações modernas e mais confortáveis, funcionários e visitantes contarão ainda com estacionamento exclusivo.

RELATÓRIO ANUAL PREVI/93

Ao completar noventa anos, a PREVI prepara um Relatório Anual diferente dos anteriores - agora mais atrativo e com temas de interesse geral. O Relatório PREVI/93 trará um resumo histórico da previdência no Brasil e da trajetória da Caixa de Previdência desde sua criação até os dias de hoje. Tais informações permitem avaliar a importância dos fundos de pensão tanto para seus associados quanto para o desenvolvimento do País. O Relatório encontra-se em fase de acabamento e no próximo mês de abril já estará sendo distribuído a todas as dependências do Banco. Dele constarão fotos e textos sobre assuntos atuais, além das informações peculiares a esse tipo de publicação.

AMERICANOS VISITAM A PREVI

Instituição modelar dentro do sistema fechado de previdência privada, a PREVI tem atraído a atenção de empresas nacionais e estrangeiras. Recentemente, executivos de firmas americanas - entre elas a General Motors, a American Airlines e a Salomon Brothers - manifestaram interesse em obter informações sobre o sistema operacional e o portfólio de investimentos da Caixa de Previdência. Para isso, reuniram-se em março último com dirigentes da PREVI, ocasião em que puderam testemunhar de perto a importância da entidade no cenário nacional - não só por ser o maior e mais antigo fundo de pensão do País, como também por sua parceria com o setor produtivo da economia brasileira.

Esta parceria - constataram os visitantes - é caracterizada por uma crescente participação da PREVI na administração das empresas em que detém capital, inclusive com a indicação de representantes para os conselhos administrativo e fiscal.

Atualmente, a Caixa de Previdência conta com representantes em cerca de 11 empresas. Trata-se de uma política que consolida as parcerias, fortalecendo as empresas e, em consequência, o setor produtivo da economia - o que mais contribui para o desenvolvimento do País e a geração de empregos.